

Matéria “III PNDH: um retrato dos conflitos de interesses na sociedade brasileira”

Entrevista com **Cecília Maria Bouças Coimbra** (CRP 05/1780), psicóloga, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ex-conselheira do CRP-RJ.

1) Que avaliação você faz do III PNDH?

Temos de fazer antes uma avaliação da primeira e da segunda versões. A primeira versão do III PNDH foi efetivamente um avanço comparado com os dois planos anteriores, ambos elaborados no governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, é lamentável – e é importante que isso seja ressaltado – que se ficou quase oito anos sem um plano, e só agora, infelizmente, ele saiu. No entanto, nos governos de FHC, os dois planos não foram representativos como este foi. Não podemos ignorar tal fato, que a primeira versão do III PNDH é importante, tendo em vista que as principais reivindicações feitas na Conferência Nacional de DH de dezembro de 2008 estão ali contempladas.

Em dezembro de 2009, quando o plano foi anunciado publicamente à nação, ele veio travestido de uma série de *mise-en-scènes* midiáticas, bem típicas dos últimos governos. Este Plano III, em sua primeira versão, tão logo foi anunciado, houve uma reação dos comandantes militares e do ministro da Defesa, Nelson Jobim, que fizeram uma verdadeira chantagem com o presidente da República, que, por sua vez, acabou aceitando-a. Aí, o plano é revisto, e o que fica e foi encaminhado para votação no Congresso Nacional, é uma versão totalmente “Frankenstein”, totalmente retalhada.

Há todo um retrocesso no sentido de questões mais polêmicas, como o aborto, a questão agrária e a questão da mídia. E, o que nos interessa mais especialmente, houve todo um retrocesso referente aos mortos e desaparecidos políticos durante o período da ditadura civil-militar, e é importante que se frise isso porque não foi só militar. Essa Comissão Nacional da Verdade tinha sido apontada já na Conferência Nacional de Direitos Humanos, e é uma questão que, de modo geral, os países que passaram por recentes ditaduras militares na América Latina já instalaram.

Na versão original do plano, se colocava a Comissão da Verdade e Justiça no sentido de apuração e responsabilização de todos os crimes ocorridos durante o período de repressão política e violação de direitos humanos. Essa colocação foi substituída, na segunda versão do plano, por período de conflito político. Isso é muito sério porque retira o papel do Estado nas atrocidades que foram cometidas naquele período e que ainda hoje continuam sendo cometidas por agentes do Estado. É importante que lembremos isso porque aquilo que queremos apurar, averiguar, responsabilizar e tornar público, estes crimes contra a humanidade que foram de modo geral efetuados contra opositores políticos, de modo geral estão acontecendo hoje contra a população pobre e contra os movimentos sociais. Não estamos falando só de passado, estamos falando também de presente. Quando falamos da Comissão Nacional da Verdade e Justiça, estamos querendo apontar que as violações que continuam sendo feitas hoje pelos agentes do Estado não foram investigadas, averiguadas, e ainda não foram responsabilizadas, e por isso continuam hoje adubando cada vez mais a repressão feita contra a pobreza e os movimentos sociais. Quando você faz a substituição desse termo, você equipara torturador a torturado. E isso para nós é muito sério. É um retrocesso que chega a ser perverso.

2) Em sua opinião, por que ele tem causado tanta controvérsia e tanta reação negativa por parte de alguns setores da sociedade brasileira?

A questão é a seguinte: houve uma grande aliança feita desde a Lei da Anistia, em 1979. E é bom que lembremos que a proposta feita pelos movimentos sociais na época de uma anistia ampla, geral e irrestrita perdeu por cinco votos apenas. As pessoas esquecem isso e ficam dizendo que a

Anistia feita foi ampla, geral e irrestrita, e não foi. A Anistia que ganhou no Congresso foi o projeto da ditadura, apresentado pelo governo de João Figueiredo. Essa anistia deixou de lado uma porção de gente que foi perseguida e criou uma interpretação chamada Crime Conexa, que os juristas da ditadura interpretaram, e a sociedade brasileira em parte engoliu, de que os torturadores estariam anistiados. E o que nós estávamos querendo não era outra Lei da Anistia, é bom que isso fique bem claro; nós queríamos era outra leitura da Lei.

E, nesse grande acordo feito, os militares e os civis que estiveram diretamente ligados à ditadura e que respaldaram esse terrorismo de Estado continuaram em cargos-chaves. Esse acordo vem até hoje. Quando os comandantes militares e o próprio ministro da Defesa fazem a chantagem que fizeram com o Executivo, eles sabem o que estão fazendo, eles sabem que têm respaldo para isso. Não por acaso o Executivo recua. Em nome de uma governabilidade, de uma pseudo-governabilidade, tanto FHC quanto Lula não avançaram em algumas questões porque elas dizem respeito a apontar quem são os torturadores, a fazer com que estas pessoas mostrem as suas caras, e a dizer publicamente o que aconteceu. Os torturadores nunca mostraram as suas caras, nunca contaram os crimes que cometeram. Nós, que passamos por isso, é que contamos isso. Oficialmente, essas pessoas que cometeram crimes contra a humanidade nunca foram acusadas de nada.

3) Uma das questões mais delicadas do Plano diz respeito à criação da Comissão da Verdade. Qual a importância do resgate da memória histórica e do direito à verdade em uma sociedade que vivenciou um regime militar e como você vê a abordagem disso no Plano?

Eu não usaria o termo resgate, resgate é como houvesse alguma coisa lá esperando para ser descoberta. Nós queremos afirmar, na verdade, outras memórias e outras histórias. A afirmação da memória, não só no Brasil, mas também em outros países que passaram por ditaduras, é uma luta. Temos a imposição de uma história oficial, a história feita pelos vencedores; a história dos vencidos nunca aparece. O que queremos é afirmar outras memórias e outras histórias diferentes da história oficial que nos tem sido imposta como única e verdadeira. O que queremos trazer para a sociedade brasileira é o que foi o período de ditadura na sala daqueles que foram perseguidos. Não queremos a verdade, porque existem muitas verdades. Queremos estas verdades que até hoje foram negadas de serem publicizadas, que sempre foram jogadas para debaixo do tapete. Queremos saber o que essas pessoas que passaram pelo terrorismo de Estado, que passaram pelos porões da ditadura, passaram. Essas memórias precisam ser afirmadas. E queremos também que toda a sociedade brasileira possa conhecer essas memórias, isso é um direito dela. Ninguém quer botar torturador nos bancos dos réus, ninguém quer prisão perpétua nem pena de morte para torturador. O que queremos é que essas histórias sejam conhecidas, que os crimes que foram cometidos em nome da segurança nacional sejam publicizados e conhecidos pela sociedade brasileira, e que sejam responsabilizados. Agora, como serão responsabilizados pela Justiça já não é problema nosso, até porque nós não entramos na lógica punitiva. Esse não é nosso foco.

4) Diversos países no mundo têm uma Comissão da Verdade, inclusive países da América Latina que já passaram por contextos políticos de violação de DH. Por que ainda há tanta resistência em se abordar de maneira franca esse tema no Brasil?

Hoje o Brasil é o mais atrasado nesse processo de reparação, segundo o próprio conceito da ONU. A reparação não é só o que o governo brasileiro fez de reparar financeiramente, porque isso pode parecer um “cala a boca”. Uma violação que sofremos não pode ser paga somente pecuniariamente. Só que a reparação financeira, econômica, é o final de um processo. O início desse processo é investigar, averiguar o que aconteceu, e, depois, responsabilizar. Portanto, dizer onde, quando, como e por quem essas pessoas foram mortas e desaparecidas faz parte de um processo de reparação.